

DIARIO OFFICIAL

DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANNO 5.º—7.º DA REPUBLICA—N. 123

SÃO PAULO

QUINTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1895

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N. 347

DE 16 DE AGOSTO DE 1895

Autoriza o Governo a conceder a d. Francisca Emilia da Rocha Lima, professora da escola no 13.º districto da capital um anno de licença em prorrogação, para o tratamento de sua saúde onde lhe convier.

Bernardino de Campos, presidente do estado de S. Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte :

Art. 1.º Fica o poder executivo autorizado a conceder á d. Francisca Emilia da Rocha Lima, professora da escola no 13.º distrito da capital, um anno de licença, em prorrogação, para o tratamento de sua saúde, onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario de Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar. Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, 16 de Agosto de 1895.

BERNARDINO DE CAMPOS.

ALFREDO PUJOL.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior. em 16 de Agosto de 1895.—O director geral interino, João Baptista de Alvarenga.

LEI N. 348

DE 17 DE AGOSTO DE 1895

Eleva á categoria de municipio o districto de paz de S. João do Curralinho, desmembrando o seu territorio do municipio de Santo Antonio da Cachoeira.

Bernardino de Campos, presidente do Estado de S. Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte :

Art. 1.º Fica elevado á categoria de municipio o districto de paz de S. João do Curralinho, desmembrando o seu territorio do municipio de Santo Antonio da Cachoeira.

Art. 2.º As divisas do novo municipio serão as mesmas do actual districto de paz.

Art. 3.º Enquanto não se fizer o recenseamento da população, será a representação do municipio de seis vereadores.

Art. 4.º Não poderá ser instalado o novo municipio, sem que esteja construido a expensas da respectiva população, e segundo a planta fornecida pelo Governo o edificio em que devem funcionar a camara municipal os diversos juizes e o Tribunal do Jury, o qual tambem servirá de cadeia.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario de Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar. Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, 17 de Agosto de 1895.

BERNARDINO DE CAMPOS.

ALFREDO PUJOL.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em 17 de Agosto de 1895.—O director geral interino, João Baptista de Alvarenga.

CONGRESSO

DO

ESTADO DE S. PAULO

SENADO

61.ª sessão ordinaria em 11 de Julho de 1895

PRESIDENCIA DO SR. GUIMARÃES JUNIOR

SUMMARY :—Chamada.—Acta.—Expediente:—Officios e projectos da Camara, ns. 114, 128 e 136 de 1895.—Parecer n. 59 de 1895.—Comunicação do sr. presidente.—Ordem do dia :—Votação em 2.ª discussão, dos projectos da Camara ns. 78 de 1895 e 28 de 1894.—Declaração de voto do sr. D. Salles.—Votação em 2.ª discussão, do projecto da Camara, n. 12 de 1894 e, em 3.ª, do da mesma Camara, n. 53 de 1895.—Discussão unica da redacção do projecto da Camara n. 109 de 1895.—3.ª discussão dos projectos da Camara ns. 111 e 67 de 1895.—Declaração do sr. presidente.—3.ª discussão do projecto da Camara n. 111 de 1895.—2.ª discussão do projecto da Camara n. 16 de 1895.—Considerações e requerimento do sr. F. Abranches.—Considerações dos srs. R. Baptista, A. Mercado, F. Abranches, R. Baptista, A. Cintra, Paulo Egidio, A. Mercado, D. Salles, P. Gomide, e requerimento deste.—Votação.—Ordem do dia 12 de Julho.

A' hora regimental, feita a chamada acham-se presentes os srs. Guimarães Junior, Antonio Mercado, Ricardo Baptista, Lopes Chaves, Cesario Bastos, Frederico Abranches, Diogo Salles, Salles

Junior, Fonseca Pacheco, João Tobias, Lacerda Franco, Araujo Cintra, Paulo Egidio e Peixoto Gomide.

Aberta a sessão é lida e approvada a acta da antecedente.

O sr. 1.º SECRETARIO procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

TELEGRAMMA dos signatarios do recurso contra a constituição politica do municipio de Santos, congratulando-se com o Senado pela sua resolução sobre o assumpto.

—Archive-se.

OFFICIOS do sr. 1.º secretario da Camara dos Deputados, remetendo os seguintes

PROJECTO DA CAMARA N. 111, DE 1895

O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo decreta :

Art. 1.º Fica o Governo do Estado autorizado a abrir no corrente exercicio á Secretaria de Agricultura, Commercio e Obras Publicas, o credito supplemter de tres mil contos de réis (3.000.000\$000) para o serviço de introdução de imigrantes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

—A' comissão de fazenda.

PROJECTO DA CAMARA N. 123 DE 1895

O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo, decreta :

Art. 1.º Fica o poder executivo autorizado a conceder á d. Francisca Emilia da Rocha Lima, professora da escola do 13.º districto da capital, um anno de licença, em prorrogação, para o tratamento de sua saúde, onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

A' comissão de instrucção publica.

PROJECTO DA CAMARA N. 136 DE 1895

O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo decreta

Art. 1.º Fica o governo autorizado a abrir um credito supplemter ao do art. 7 § 10 da lei n. 310 de 24 de Julho de 1891, no valor de 1.000.000\$000.

Art. 2.º Esse credito será applicado a aquisição do material preciso para o serviço de encanamento de aguas e exgottos nas cidades do interior.

Art. 3.º O material será distribuido pelas cidades onde esse serviço se torne de maior urgencia a bem da salubridade de seus habitantes.

§ unico. A preferencia nessa distribuição será dada :

1.º A's localidades onde já se tenham desenvolvido as epidemias de febre ou cholera.

2.º A's localidades cujas camaras municipaes concorram com maior somma de recursos para a realização do serviço.

3.º A's localidades mais proximas de pontos já inficionadas.

Art. 4.º São revogadas as disposições em contrario

A' comissão de obras publicas e fazenda.

PARECER N. 59

—O projecto de lei vindo da Camara dos Srs. Deputados, estabelece medida salutar para o andamento do serviço judiciario, na parte que se refere ao julgamento dos processos criminaes.

—Porém, si parece conveniente que o Congresso tome providencias afim de não se demorem os julgamentos dos réus presos por falta de comparecimento de jurados e negação de algumas camaras municipaes em proporcionar meios para esse serviço, não se infere dahi que deva o Estado tomar a si maiores despesas, alliviando as municipalidades de obrigações.

—O valor das multas dos jurados foi cedido ás municipalidades com o fim de as auxiliar nas despesas com o jury e meias custas dos processos dos presos pobres, que forem condemnados, e estas custas só são pagas aos escrivães, porque se sup-